

FESTAS ESCOLARES NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO: LIÇÕES DE CIVISMO 1919-1926

Marecilda Bezerra de Araújo¹
Ana Paula de Medeiros Domingos²
Kilza Fernanda de Moreira Viveiros²

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Educação, Estudos Sociohistóricos e Filosóficos do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio grande do Norte - UFRN. Procuramos analisar as práticas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, município de Parelhas-RN, com destaque para as festas escolares e comemorações cívicas no período de 1919 a 1926. Esse espaço educativo é empreendido na povoação de Parelhas-RN, acompanhando o projeto de modernidade e urbanização daquele território, lugar de transformações e aspirações, bem como objeto de intervenções. No que diz respeito à metodologia, consideramos nesta pesquisa a abordagem metodológica da Nova História, com o método histórico. Contribuíram com a reflexão histórica, científica e metodológica as obras de Bloch (2001), Le Goff (2013), Aróstegui (2006), Reis (2003) e Magalhães (2004). Dividimos as fontes documentais e a pesquisa bibliográfica a partir da identificação, coleta e análise dos dados. A coleta de informações permitiu agrupar documentos relativos às mensagens de governo, legislação, livros de ata, livros de ofício, diários de classe, livros de honra. Os documentos foram encontrados no Arquivo do Estado do Rio Grande do Norte, em visitas presenciais, como também nos arquivos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó-RN, levando em conta que, na época, Parelhas era distrito desse município, no da Prefeitura Municipal de Parelhas-RN e no da Escola Estadual Barão do Rio Branco. Nesse sentido, as festas faziam parte de uma cultura própria da escola e contribuíam para a consolidação do sistema político republicano, com um modelo de cidadão a ser formado. Deste modo, a pesquisa revelou que as ações dos diferentes sujeitos consolidaram os ideais do regime republicano quanto à formação de um indivíduo moderno, racional, vinculado ao mundo a partir de uma postura ativa na participação política e social.

Palavras-chave: Grupo Escolar. Festa escolar. Cultura Escolar.

INTRODUÇÃO

Os grupos escolares foram projetados para atender aos ideais liberais da Instrução Pública, com o ensino laico, gratuito e universal, “que fossem capazes de superar as práticas formadoras do sujeito impregnadas pelo espaço doméstico e religioso, características próprias do regime imperial” (Souza, 2019, p. 23). Nesta mesma concepção de pensamento, Azevedo (2009), em suas pesquisas sobre as instituições de ensino na transição do século XIX para XX,

¹ Doutoranda do curso de Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN, marecilde@hotmail.com

² Pedagoga - UFRN, anapaulamedeirosrn@gmail.com

² Professora Doutora em Educação do curso de Pedagogia da UFRN. kilza.fernanda@hotmail.com

destaca que os grupos escolares correspondiam a uma modalidade de escola que possuía métodos inovadores, avançados, modernos para o Ensino Primário que se contrapunham aos métodos ultrapassados e utilizados pelas escolas de primeiras letras no período imperial.

De acordo com Souza (2019), desde o período da Primeira República, os grupos escolares paulistas foram uma das principais instituições responsáveis por forjar a memória nacional através de uma série de práticas simbólicas, dentre as quais as festas nacionais representavam um grande auxílio. Para isso, os diretores recebiam incentivos estatais para que as comemorações fossem celebradas, incluindo a festa de encerramento do ano letivo, seguida de exposição de trabalhos escolares, comemoração do dia da árvore e dos animais, do aniversário da escola, além das comemorações cívicas nacionais.

Esse novo espaço escolar, privilegiado para a formação dos indivíduos diante de um novo Estado e sociedade que se pretendia construir, aflora um conjunto de normatizações do ensino, aprendizagem e mentalidades inculcadas no imaginário social. Nesse sentido, estabelece uma relação entre os conhecimentos, formação do sujeito em sua totalidade e questões sociais, ampliando a dinâmica da cultura escolar.

A cultura cívica foi responsável por estabelecer leis e decretos que fortaleceram festas e rituais cívicos a serem cumpridos pelo grupo escolar como: os dias em que deveriam ser celebradas as festas nacionais, estaduais e municipais, a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional, alusões às autoridades políticas regional e nacional. Assim, as festas possuíam uma finalidade mais que educativa, influenciava também na vida social e política.

Neste contexto, Silva (2010) diz que, no início da República, as festas escolares não eram reduzidas a momentos de confraternizações, mas a momentos especiais, de integração e exaltação de costumes. Ocasões propícias para a difusão de conhecimentos, normas e valores legitimados pela escola, sociedade e governantes, sendo compostas por normas e práticas com objetivos específicos.

Essas festividades eram normatizadas pelo regimento interno dos grupos escolares com a intenção de padronizar as comemorações e festividades no âmbito nacional, salvo as festas regionais que comemoravam acontecimentos locais. As aulas de Educação Moral e Civismo tornaram-se obrigatórias como disciplina e prática educativa, sendo responsável pela transmissão de ideais patrióticos que eram divulgados por meio de conteúdos escolares, palestras proferidas nas escolas e festas escolares com a finalidade de despertar sentimentos de amor e dever à pátria, à família e à sociedade.

Como nos mostra Azevedo e Santos (2018, p. 314):

Nas festas escolares, discursos eram proferidos. Inaugurações de grupos, conclusão do ensino primário e a comemoração de algum dia importante para o Brasil, eram festejados, e espalhados por todos, envolvendo assim, a população em um emaranhado de símbolos para representar o ensino público primário, que ganhava vida e significado dentro e fora dos grupos, principalmente, nas comemorações das festas escolares.

As festas eram momentos importantes para a consolidação do regime político republicano ao apresentar a escola pública como a principal instância que poderia promover o desenvolvimento social e o progresso econômico do país. A escola não era concebida somente como a responsável pelo aprendizado dos conteúdos escolares, mas estava encarregada também de ensinar formas adequadas de se comportar e agir na sociedade que se instaurava.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para o referido estudo, delimitamos o recorte temporal entre 1919 quando da criação do Grupo Escolar Barão do Rio Branco pelo Decreto nº 87 de 13 de janeiro de 1919. E o ano de 1926 se justifica pela criação do município de Parelhas por força da Lei nº 630 de 08 de novembro de 1926 pelo então Exmo. Sr. Dr. José Augusto de Bezerra de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Norte. Como objetivo geral, procuramos analisar as relações do Grupo Escolar Barão do Rio Branco com a comunidade da época mediante as práticas das festas e cerimônias cívicas.

As obras organizadas por Julia (2001), Chervel (1990) e Frago (1995) auxiliaram na reflexão da cultura escolar, conceito de análise no referido estudo, revelando e firmando que as festas escolares eram constituídas pelas diferentes práticas humanas que se transformam a cada momento, mas persistem através dos tempos.

Nesta pesquisa, consideramos a abordagem metodológica da Nova História com ênfase no método historiográfico (Reis, 2003), por tratar-se de uma história com novos objetos, novos problemas do homem comum mediante as fontes históricas em colaboração com outras ciências sociais como a psicologia, a antropologia, a sociologia e a geografia.

Neste contexto, o método historiográfico é definido por Aróstegui (2006, p. 93) como o “método dos fatos sociais sempre em relação com seu comportamento temporal”, por isso os fenômenos sociais não podem ser observados diretamente da realidade. Em suas peculiaridades precisam recorrer dentro de uma temporalidade ao maior número de vestígios possíveis capazes de tornar “inteligível e explicável a exposição da História” (Aróstegui, 2006, p. 95).

A pesquisa documental foi realizada em dois momentos: na localização e digitalização de documentos e na análise do conteúdo documental. De início, detivemo-nos em mapear os locais em que seriam encontradas as fontes, dando importância a sua inexistência na escola, da mesma forma que até a década de 1950, essas foram incineradas. Em um trabalho de verdadeiro garimpo, visitamos o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte encontrando o jornal *A República*, e informações de livros de ata, livro de honra, livros de termo de compromissos, livro de diplomas de professores que pertenciam ao departamento da Instrução Pública que foram conduzidos para processo de restauração e digitalização no Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos da UFRN. Ao mantermos contato com este órgão, tivemos acesso aos conteúdos destes livros de interesse à realização desta pesquisa.

Na visita aos arquivos das prefeituras municipais de Jardim do Seridó e Parelhas, identificamos livros de ata, decretos que testemunharam ações na efetivação das festas cívicas ocorridas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

AS FESTAS COMO ARTEFATOS NA RELAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco (GEBRB) é compreendido pela história de diferentes sujeitos que empreendidos pelo progresso local, urbanização e modernização como: comendador José Gomes, Antão Elisiário e Bernadino de Sena e Silva que encaminharam um telegrama a Joaquim Ferreira Chaves, governador do Estado do Rio Grande do Norte, com apoio de Dr. Heráclio Pires Fernandes, presidente municipal de Jardim do Seridó-RN, solicitando uma instituição educacional para a vila de Parelhas. Desse modo, instruíam intelectualmente a população e fortaleciam o progresso e desenvolvimento local e regional, uma vez que o grupo escolar expressava o tempo moderno pela sua arquitetura, embelezando a cidade e o método de ensino intuitivo que tinha como objetivo transformar a sociedade pela educação.

Na ótica dos documentos analisados, percebemos que o prédio foi construído para funcionamento do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e teve sua origem dos recursos arrecadados na própria povoação. Corroborando com Azevedo e Stamatto (2012), a construção para funcionamento do prédio escolar não seria de qualquer modelo, mas atendia a requisitos postos pela legislação em vigor que determinava que cada município erguesse as suas custas o prédio onde funcionaria o grupo escolar.

Como instituição educativa, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco se constituiu como espaço de cultura singular associada a outras culturas e relações sociais e científicas. Ao analisarmos as práticas cotidianas do grupo escolar, verificamos a preocupação pelos membros do conselho da povoação de Parelhas junto ao prefeito municipal de Jardim do Seridó e governador do Estado do Rio Grande do Norte quanto à infraestrutura do prédio, cuidados de higiene, método de ensino inovador, professores, mobiliário adequado às necessidades do educador e educandos. Neste contexto, Azevedo e Santos (2018) enfatizam que a materialidade da cultura escolar referentes a recursos materiais e pedagógicos, precisaria ser construída a fim de dar condições favoráveis a um bom funcionamento do grupo escolar.

Nesta perspectiva, o Decreto nº 87 de 13 de janeiro de 1919 instituiu o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, inaugurado em 21 de fevereiro daquele ano nos moldes da política de criação dos grupos escolares no estado do Rio Grande do Norte.

Pelo Jornal *A República* (31 de outubro de 1919), as professoras Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Parelhas, prevalecendo-se da data natalícia do desembargador Joaquim Ferreira Chaves, transcorridas no dia 15 do corrente mês, promoveram um festival dramático no estabelecimento de ensino.

A festa cívica também se constituía em um lugar de memória, cujo principal objetivo era a comemoração de um acontecimento ou de um personagem visto como significativo no contexto da história da nação, fosse regional ou nacional, como no caso do desembargador Joaquim Ferreira Chaves. O cenário escolar era o espaço propício para se demonstrar o potencial que a festa cívica tinha para conquistar e motivar sentimentos e práticas, através dos símbolos, imagens, discursos e recursos presentes nos ideais republicanos.

De acordo com Araújo (2021, p. 77), as festas se davam em caráter anual ou esporádico, mas todas eram obrigatórias e permeavam o calendário escolar. Eram alusivas a datas

comemorativas a acontecimentos considerados como marcos históricos na história do Brasil ou de seus protagonistas, outras com fins de aclamação e saudação aos símbolos oficiais da República, como a festa da bandeira nacional, ou para encerrar o ciclo do ano letivo dos escolares.

Assim, no dia 10 de dezembro de 1921, o diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, fez entregas de bandeira às escolas isoladas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, regidas pelas professoras Rita Sampaio e Helena Furtado Villa. Houve concurso entre os alunos e participação de toda a comunidade. Foram porta-bandeiras os alunos: Eutychio de Araújo da 4ª classe masculina e Waldemira Pereira de Macedo aluna da 1ª classe feminina. Na ocasião,

Manoel Dantas fez uma conferência ao ar livre sobre “A Pátria e a Bandeira”, seguindo-se de uma passeata com a população. De acordo com o relato, à noite, houve distribuição de prêmios e conferência sobre a “sociedade e a Instrução” com o padre Galvão. Por ocasião da distribuição dos prêmios, o Sargento Jonathas Luciano ofereceu livros aos dois alunos que obtiveram melhores notas nos exames finais: Eutychio de Araújo e Dulce dos Santos (A Republica, 1921).

Ademais, observamos que elementos eram imprescindíveis na descrição das festas como: lugar onde aconteceu, data, participantes, principalmente o nome das autoridades locais e regionais, convidados de outras instituições, alunos, professores, mensagens proferidas, declamação de poesias e entonação de hinos. Percebemos, também, que as festas seguiam uma programação para o dia inteiro com hora marcada para cada evento, encerrando com passeata pelas ruas da vila ou da cidade, a qual precisava ser percebida como espaço de formação e, ao mesmo tempo, formadora do culto à pátria, civismo e recepção da ordem e do progresso.

As festas eram reguladas e determinadas pelo Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do ano de 1914 que deixava claro:

Art. 16 - Ficam instituídas obrigatoriamente as festas solenes de 7 de Setembro, comemorativa da Independência nacional e de 1º de Maio, chamada “Festa das Árvores”.

§ 1º - A festa de 7 de Setembro deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica, com recitativos allusivos á data, hymnos patrióticos e homenagem á bandeira nacional, havendo formatura geral do grupo, sempre que for possível.

§ 2º - A festa de 1º de Maio deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica com recitativos allusivos ao trabalho, o plantio de uma ou mais arvores em ponto do povoado previamente escolhido de acordo com a Intendencia do município, formatura geral do grupo e procissão cívica, sempre que fôr possível.

Art. 17 - As comemorações da descoberta do Brazil, da abolição da escravatura e da proclamação da Republica, serão feitas, quando possível, no proprio feriado (Rio Grande do Norte, 1914, p. 9-10).

Dessa forma, as festas escolares faziam parte das práticas pedagógicas e administrativas do grupo escolar, diante da organização de eventos públicos, fosse para premiar os alunos e professores ou os símbolos oficiais do país, datas comemorativas importantes na história do Brasil como 7 de setembro, descoberta do Brasil, abolição da escravatura, Proclamação da República, festa do 1º de maio chamada “Festas das Árvores”, bem como enaltecer figuras políticas à nível nacional e regional.

Contudo, não existia no regimento interno dos grupos escolares um dia dedicado à Bandeira Nacional, apenas uma homenagem, havendo formatura no grupo. Por isso, Manoel

Dantas, diretor da Instrução Pública, instituiu a festa da bandeira no Rio Grande do Norte com o seguinte regulamento:

Art. 1º Fica instituída obrigatoriamente em todos os estabelecimentos de ensino oficial a festa da bandeira que se realizará no dia 19 de novembro de cada ano.

Art. 2º A festa constituirá no hasteamento da bandeira nacional, na fachada do edifício escolar com toda solenidade, ao som do respectivo hymno executado pela banda de música quando houver e cantado pelos alunos prelecção em classe e passeata cívica sempre que for possível e se o estabelecimento tiver bandeira de formatura.

Art. 3º Cada estabelecimento de ensino oficial, deverá possuir, adquirida por subscrição popular ou por doação uma bandeira nacional devidamente preparada para desfile, com haste e talabarte para ser conduzida nas formaturas e passeatas cívicas.

Art. 4º A bandeira será guardada em armário próprio na portaria do edifício do grupo, de modo a ficar nele acondicionada, com a respectiva haste.

Art. 5º A bandeira só sahirá para a formatura nas grandes passeatas cívicas dos dias de festa nacional ou ellas equiparadas para a recepção ao Governador do Estado, ao presidente da República e aos poderes constitucionais quando incorporados.

Art. 6º A entrega da bandeira a qualquer estabelecimento de ensino será sempre feita em festa solene presidida pelo diretor geral da Instrução Pública ou seu delegado especial.

Art. 7º O cargo de porta-bandeira compete, como o maior prêmio ao mérito, ao alumno, mais distinto do grupo ou escola isolada considerando o que tiver melhores notas e frequência (A República, 21 de outubro de 1921).

É importante ressaltar que os símbolos nacionais tinham um caráter importante para a formação do sujeito republicano diante do culto à pátria e aos vultos da história do país para serem lembrados de forma que os alunos, ao admirar os atos heróicos, pudessem adotar atitudes cívico-patriótico. Esses rituais festivos eram cuidadosamente planejados pelas autoridades e pelos educadores, que recebiam, antecipadamente, as normas a serem seguidas e, de forma detalhada, eram instruídos a organizar a programação a ser colocada em prática nos dias de solenidades. Os professores recebiam do departamento de educação as instruções para a realização das festividades.

Nesse contexto, identificamos no jornal *A República* (1922), que um ofício foi enviado pelas professoras Maria Helena Furtado Vila e Rita Sampaio ao diretor da Instrução Pública Manoel Dantas, solicitando duas bandeiras do Brasil, da mesma maneira que estas fossem entregues pessoalmente pelo referido diretor. No dia 15 de agosto de 1922, Manoel Dantas fez a entrega das bandeiras às Escolas Isoladas Masculina e Feminina:

A população tendo a frente o Coronel Antão Elisiário fez minha recepção muito carinhosa e festiva. Os alunos do Grupo Escolar combriam-me de flores, tendo eu agradecido em longo discurso essa espontânea manifestação do povo parhense. Quando me referi aos benefícios que a actual administração tem espalhado em favor da Instrucção popular, todos os presentes ergueram entusiasticas aclamacções ao Governador Antonio de Souza, cujo nome é aqui pronunciado com a mais viva sympathia. Hoje à noite farei uma conferência sobre as caixas escolares. Estou encantado com o progresso desta localidade (A República, 23 de agosto de 1922).

Nesse contexto, percebemos que havia por parte dos professores, uma preparação e incentivo para a participação da comunidade nas festas e eventos cívicos fomentados pelo grupo escolar. Era uma maneira de mostrar para a comunidade o projeto educacional que estava sendo implementado em todo o país, ao mesmo tempo, que pelos ideais republicanos poderia se atingir a população quanto ao conjunto de normas, atitudes que se pretendia formar no sujeito. Algumas manifestações como 7 de setembro, dia da bandeira, folclore brasileiro, mantêm, ainda hoje, práticas desenvolvidas no cotidiano da escola, as quais estão enraizadas no passado, entendidas como fruição coletiva de uma ação cultural que alimenta a identidade e o patrimônio cultural do povo.

A cultura escolar estava presente nas festas, fossem elas cívicas, de apreciações à natureza como a Festa da Árvore, animais, ou aquelas realizadas para demonstrar o desenvolvimento da própria comunidade, feriados municipais, festa do padroeiro, festas culturais. Todas eram regidas por normas, ensinamentos e práticas com finalidades educativas, cívicas e moral. As festas escolares constituíam-se em atividades educativas, tempo de aprender.

Para Silva (2006), a cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares.

A seguir, ilustramos a alusão ao dia 7 de setembro em 1925 no GEBRB:

Figura 1 - 7 de setembro em 1925 no GEBRB



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Tertuliano Pereira.

As festas escolares promovidas oficialmente seguiam um ritual preestabelecido. O protocolo era comum a todas. Começavam com a divulgação da programação oficial publicada pela imprensa, designando o trajeto dos desfiles e nomeando as ruas pelas quais seguiriam, de forma que o público conhecesse previamente seu itinerário. Apresentavam-se, também, como momentos de ordem, rigidez, exatidão dos movimentos dos corpos, de transmissão de valores e conhecimentos racionais e de progresso, e instrumento programado e disciplinador.

Os festejos, quase sempre, tinham início pela manhã com os desfiles dos escolares, em seguida, precediam-se os longos discursos proferidos pelas autoridades locais, e dos recitais realizados pelos alunos. Também faziam missa e o cântico de ação de graças que, certamente, traziam um sermão em favor do governo e repleto de exortações políticas. Nesse sentido, Veiga (2010, p. 414) afirma que “as festas escolares eram acontecimentos sociais de grande importância, eram momentos especiais na vida das escolas e das cidades, momento de integração e de consagração de valores o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes”.

Nesse contexto, Araújo (2021) percebe que as festas escolares além de reguladas e vigiadas, não eram elementos educativos isolados, pois faziam parte de um conjunto maior permeado por uma concepção de educação vigente em sua temporalidade que preconizava a disciplina e a ordem como requisitos indispensáveis para o progresso da nação. Assim sendo, estava articulada às demais atividades determinadas pelos programas escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das festas cívicas e escolares do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, identificamos, na condição dos tempos e espaços, as práticas culturais e sociais constituídas por um conjunto de ações de diferentes sujeitos com suas crenças, modos de vida, princípios e valores. Esses praticantes não apenas reproduziam as regras estabelecidas pelos documentos oficiais, mas as modificavam conforme as necessidades e a realidade da instituição. Muitos são os elementos que desenham esta cultura, os atores (famílias, professores, gestores e alunos), os discursos (mensagens de governos, conversação e comunicação, decretos, portarias), as instituições (organização escolar, sistema educativo) e as práticas (conjunto de ações experimentadas em um determinado tempo e espaço).

Na implantação dos grupos escolares, o método e programa de ensino, assim como os materiais pedagógicos tornaram-se relevantes para o desenvolvimento das atividades na sala de aula como extra sala, no caso as festividades cívicas. Estabeleciam relações com disciplinas e seus conteúdos, lições, exercícios, festas cívicas, cartilhas que circulavam o espaço escolar regendo o que era necessário ensinar e aprender. Por isso, para esta pesquisa, tratamos de analisar as festas que eram utilizadas no Grupo Escolar Barão do Rio Branco como uma concepção seletiva e normativa de cultura que, firmadas no projeto republicano, reinventavam as práticas e interferiam na cultura da escola.

As festas faziam parte de uma cultura própria do grupo e contribuía, portanto, para a consolidação do sistema político republicano, com um modelo de cidadão a ser formado, dando desta ao novo ideário político que incutia os valores, normas de um projeto político para a sociedade. O grupo escolar era utilizado como propaganda e afirmação do novo regime a ser instaurado, estabelecendo, desse modo, relações entre as festas cívicas que aconteceram no GEBRB e o contexto da Primeira República (1890 – 1930).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Iury Gabriel Amorim de. **As festividades do Grupo Escolar Felipe Camarão (1912-1939)**. 2021. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução, Andréa Dore. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Crislane B. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): Cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal: Ed. UFRN, 2009.



AZEVEDO, Crislane Barbosa de.; SANTOS, Rosa M. **História da educação no Rio Grande do Norte**; Instituições escolares, Infâncias e modernidade no início do século XX. 1º ed. Curitiba: Appris, 2018.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de.; STAMATTO, Maria Inez Sucupira. **Escola da Ordem e do Progresso**: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília: Liber Livro, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

FRAGO, A. V. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, 2001, p. 9-44.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3º ed., Campinas: Unicamp, 2013.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, Rosa de Fátima de. A contribuição dos estudos sobre Grupos escolares para a historiografia da educação brasileira. **Revista Brasileira de história da educação**. V.19, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe>. Acesso em: 15 de set. 2023.

SILVA, Francinaide de Lima. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006.

SILVA, Francinaide de Lima. **O grupo escolar modelo augusto severo (1908-1928)**: vinte anos de formação de professores. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

VEIGA, Cyntia. Greve. Educação estética para o povo. In: Lopes, E. M. T.; Faria Filho, L. M. de & Veiga, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**, 399-421. (3. ed.) Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

ACERVOS E FONTES

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ.

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARELHAS.



ARQUIVO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

ARQUIVO DO CARTÓRIO MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ.

ARQUIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

ARQUIVO DO FÓRUM MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ.

Jornal A República.

LIVRO de Actas da câmara Municipal de Jardim do Seridó 1917 a 1926.

LIVRO de Actas da câmara Municipal de Parelhas 1928 a 1940.

LIVRO de Batizados, 1919 a 1926.

LIVRO de óbitos 1920 a 1924.

LIVRO de Registros de nascimento 1919 a 1926.

RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado do Rio Grande do Norte. Directoria Geral da Instrucção Publica. Natal: Typ. Commercial J. Pinto & C., 1914.

TESTAMENTO de Valentim Nóbrega.